

## **O Urbanismo, a Arquitectura, e as Universidades: um diálogo adiado**

Mário Canova Moutinho

Vice Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Já lá vai o tempo em que ser arquitecto, profissão reservada a poucos, significava prestígio e dinheiro. Dos 1500 membros da então Associação dos Arquitectos no 25 de Abril, passou-se para 11.000 actualmente. Do conforto financeiro, num mercado de trabalho de reduzidas dimensões, passou-se agora declaradamente para o desemprego, ou para o trabalho à hora ocasional. À volta de umas quantas grandes empresas, rodopiam milhares de jovens e menos jovens em busca de um lugar ao sol, que cada vez mais, tarda em aparecer.

Mas pior ainda, nas dezanove Instituições de Ensino Superior estão actualmente matriculados 9000 (nove mil) jovens, os quais dentro de cinco anos, farão portanto passar o número de Arquitectos para quase 20.000 (vinte mil !!!).

Se já hoje é corrente um jovem licenciado vender o seu trabalho horário, por 800\$00 (oitocentos escudos) e isso quando tem a sorte de encontrar um patrão afortunado, com boas relações no mundo do imobiliário ou frequentador dos gabinetes da Governação, esse valor será ainda mais depreciado para agrado dos defensores da flexibilização, leia-se “precariedade do trabalho”.

Para os “barões” da arquitectura, quantos mais arquitectos melhor, pois isso corresponde à desvalorização dos salários e mão de obra abundante e nada reivindicativa.

Mas, sem dúvida significa também, o desespero dos jovens que sonharam com uma profissão socialmente útil e dos pais que investiram, provavelmente mais do que podiam, numa garantia de futuro para os seus filhos, a qual nunca virá.

Esta nova realidade, deveria ter provocado um repensar do lugar da Universidade neste processo, capaz de equacionar em moldes contemporâneos, as formações de que o país necessita.

Pasme-se com a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, que foi e é incapaz de compreender este processo de desenvolvimento do ensino de Urbanismo e carrega a responsabilidade de confundir os alunos e a sociedade ao promover duas Licenciaturas de Urbanismo, mas denominando-as de Arquitectura do Planeamento Urbanístico e Arquitectura da Gestão Urbanística .

O Conselho Científico que aprovou os planos de estudo e denominação, revelou uma total ausência de ética, fazendo crer aos jovens que é possível obter no mesmo período de tempo duas licenciaturas: uma em Arquitectura e outra em Urbanismo.

A própria Ordem dos Arquitectos ao reconhecer esses dois cursos de Urbanismo como sendo cursos de Arquitectura (Deliberação de 29 de Maio de 2000), também actua à revelia da transparência de procedimentos e das orientações e legislação comunitárias (em particular a Directiva 85/384/CEE), às quais Portugal está vinculado.

Anos seguidos de ausência de formação específica, ausência de planeamento consistente e criativo, aliada a pressões especulativos no campo do imobiliário e do ordenamento do território conduziram ao crescimento descontrolado das cidades, vilas e aldeias e ao “desordenamento” do território nacional.

E temos que reconhecer, tudo isto foi no essencial licenciado por pessoal não qualificado para o exercício dos actos urbanísticos,

(Arquitectos e Engenheiros Cívicos enquanto que classe profissional, naturalmente) nos Serviços Técnicos das Câmaras Municipais e da Administração Central, onde reinava e ainda reina a ausência de formação consistente em Urbanismo.

O bom senso dirá que é preciso formar Urbanistas para atender aos desafios inadiáveis do reordenamento urbano. Se pensarmos em termos nacionais, isso não se poderá fazer apenas com pós-graduações (estão na moda) ou disciplinas a retalho espalhadas por outros cursos. Ora os conteúdos curriculares para o ensino superior em Urbanismo estão hoje de facto, amplamente identificados, em particular pelo trabalho desenvolvido pelo Conselho Europeu de Urbanistas.

O conteúdo e enquadramento da formação em Urbanismo não deixa dúvidas quanto à complexidade e extensão dos saberes fundamentais, os quais obviamente só podem ser leccionados no âmbito de uma formação universitária completa – Licenciatura -, ou tendo por base, os estudos de 1º e 2º ciclos tal como propõe a Declaração de Bolonha.

Nas conclusões do I Congresso Nacional de Urbanistas reunido em Lisboa em Abril de 2000 e onde estiveram presentes 80 jovens LICENCIADOS em Urbanismo, pode ler-se que é cada vez mais consensual:

*O importante papel que as Instituições Universitárias, Públicas, Privadas e Concordatárias devem assumir, promovendo a criação de cursos de graduação de Urbanismo e do Planeamento Urbano onde se constata maior carência, sem esquecer toda a atenção a dedicar aos níveis de Mestrado e Doutoramento.* (Texto completo em [www.urbanismo-portugal.com](http://www.urbanismo-portugal.com))

Sendo hoje a sustentabilidade do território um factor da maior importância, para assegurar a competitividade das regiões, o País no seu todo está perdendo cada dia recursos essenciais para o seu

desenvolvimento, e para os quais a recuperação é cada vez mais problemática.

Caberia às Universidades, às organizações profissionais, à comunicação social agindo nesta área, um papel de relevo, motivador e catalisador de um profundo processo de mudança. Mas tal, ainda não acontece, apesar de aqui e ali se anunciarem vontades de intervir no sentido da mudança necessária e inevitável.

Assim somos levados a pensar que a educação universitária, a educação para a cidadania e a educação para o urbanismo poderão ser, se assim o exigirmos, os principais factores estruturantes de uma nova prática do Urbanismo, mais consentânea com a dignidade humana.

A recém criada Associação Profissional dos Urbanistas APROURB, vai neste sentido, pois apenas reconhece como Urbanistas os detentores de formação específica na área do Urbanismo, no mínimo com o grau de Licenciatura em Urbanismo, conforme aos padrões do Conselho Europeu dos Urbanistas e como o Ministério do Trabalho e Solidariedade defende desde 1997.

A exigência de qualificação académica revelar-se-á a seu tempo como a forma mais segura para criar as bases de uma nova forma de encarar e solucionar os problemas do presente e do futuro do nosso espaço urbano.

O desafio que se coloca neste princípio de século à sociedade portuguesa é o de requalificar o território, criar uma nova mentalidade capaz de sustentar o caos urbanístico e planear (diferente de decidir) o quadro de vida desta e das gerações vindouras.

Mas para que isso seja viável, é preciso também que as Ordens dos Arquitectos, dos Engenheiros, as Associações de Urbanistas e as Universidades, se decidam sem ambiguidades, a contribuir para a solução

dos problemas e deixem de ser de facto, por molesas, desorientação ou corporativismo atávico, parte do próprio problema.

.